

BOLETIM CORONAVÍRUS • 31/08

Atualizações diárias da situação nacional sobre o novo coronavírus (Sars-Cov-2)

De acordo com dados divulgados pela Universidade Johns Hopkins, mais de 25 milhões de pessoas já foram infectadas com o novo coronavírus e mais de 840 mil pessoas já perderam a vida em decorrência da COVID-19. Apenas os Estados Unidos, país com o maior número de casos, mais de 6 milhões de pessoas contraíram a doença. O Brasil ainda figura na segunda posição, tanto em número de casos como de óbitos, seguido pela Índia.

Relatório divulgado hoje pela Organização Mundial da Saúde (OMS) indica o forte impacto da pandemia de COVID-19 sobre os sistemas de saúde de países do mundo inteiro. As necessidades emergenciais oriundas da pandemia prejudicaram serviços prestados normalmente à população, especialmente nos países mais pobres e de renda média. A partir de uma pesquisa realizada com 105 países de cinco regiões, 90% deles disseram à entidade que registraram problemas no atendimento à população entre março e junho, o auge da pandemia em várias partes do mundo. Para o diretor-geral da OMS, Tedros Adhanom, a pesquisa revela as falhas dos sistemas de saúde, mas também aponta formas de aprimorá-los. Segundo ele, os países precisam estar mais preparados para emergências e continuar promovendo investimentos no setor.

Hoje, o governo brasileiro confirmou à OMS que participará da aliança mundial de vacinas contra a COVID-19. Mas irá manter flexibilidade para ajustar seu engajamento com os acordos bilaterais já firmados com multinacionais do setor farmacêutico. O governo se compromete a fazer parte do consórcio internacional da entidade, solicitando produtos para imunizar 20% da população do País. A OMS havia permitido que governos solicitassem doses para cobrir até 50% de sua população.

Na seara política, importa mencionar que, de hoje até o dia 16/09, partidos políticos poderão realizar suas convenções para definirem candidaturas para as eleições municipais de 2020. O novo calendário de eventos eleitorais foi definido pela Emenda Constitucional 107/2020, em decorrência da pandemia de COVID-19. A grande novidade para as eleições deste ano é que vários procedimentos - da convenção partidária ao registro das candidaturas - podem ser online, como forma de atender às recomendações sanitárias.

O formato virtual também poderá ser adotado para a definição dos critérios de distribuição dos recursos do Fundo Especial de Financiamento de Campanha (FEFC). As legendas devem garantir ampla publicidade, a todos os seus filiados, das datas e medidas que serão adotadas.

As agremiações partidárias terão autonomia para utilizar as ferramentas tecnológicas que entenderem mais adequadas para as convenções virtuais, desde que obedeçam aos prazos aplicáveis nas Eleições 2020 e às regras gerais da Lei nº 9.504/1997 (Lei das Eleições) e da Resolução TSE nº 23.609/2019.

Outro fato político relevante do dia foi a divulgação dos detalhes do Projeto de Lei de Orçamentária Anual (PLOA) para 2021. A previsão receitas e despesas para 2021 foi impactada pelos efeitos da pandemia de COVID-19. A revisão para baixo da estimativa de arrecadação tributária para o ano que vem fez a equipe econômica elevar a estimativa de déficit primário para 2021. Segundo o PLOA do próximo ano enviado ao Congresso, a meta de resultado negativo corresponderá a R\$ 233,6 bilhões para o Governo Central. O déficit será maior que o estipulado no projeto da Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) de 2021, enviado em abril. Na ocasião, o Ministério da Economia projetava que o resultado negativo ficaria em R\$ 149,6 bilhões para o próximo ano.

Em virtude da queda de receita e dos gastos extras decorrentes da pandemia de COVID-19, o governo projeta que a União fechará o ano com déficit recorde de R\$ 812,2 bilhões, o equivalente a 11,3% do Produto Interno Bruto (PIB), e que os estados e os municípios terão déficit de R\$ 22,6 bilhões (0,3% do PIB).

MINISTÉRIO DA SAÚDE

CASOS Até o momento, o Ministério da Saúde registrou **3.908.272 casos confirmados** de COVID-19 no Brasil. Há **121.381 óbitos** registrados, o que representa uma taxa de letalidade de 3,1%.

CAMPANHA O Ministério tem realizado ações nas redes sociais para reforçar a importância do tratamento precoce da COVID-19, com a hashtag #Não espere.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA

AGU A Advocacia Geral da União (AGU) publicou Portaria ([link](#)) prorrogando prazos previstos em duas Portarias que tratam de medidas de cobrança administrativa dos créditos das autarquias e fundações públicas federais.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

AUTENTICAÇÃO A Secretaria Especial da Receita Federal publicou Instrução Normativa ([link](#)) prorrogando até 30/10 o prazo que suspende a necessidade de o interessado apresentar documento original para autenticação das cópias simples apresentadas à Receita Federal.